

Cariocas querem transporte de qualidade

Associações de moradores das Zonas Sul e Oeste protestam contra o novo traçado para o metrô da Barra.

Página 5

Engenheiros defendem comissão da verdade

Engenheiros de todo o país estão assinando o documento em favor da criação da comissão.

Página 10

Siqueira fala sobre os leilões do petróleo

Para o vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras, continuar com os leilões implica em entregar o petróleo do país.

Página 12

Troca de medidores provoca polêmica

45% dos clientes da Light, nos bairros de Jardim América e Vigário Geral, receberam contas mais caras.

Adriana Medeiros



Moradores de Vigário Geral estão mobilizados para garantir a redução do valor do custo da energia elétrica

Páginas 6 e 7



Rio: protesto contra comemoração do Golpe

Festa em comemoração ao golpe militar de 64 leva população a se manifestar em frente do Clube Militar. Ação violenta da polícia deixa feridos.

Página 3

O golpe de 1º de abril de 1964

O movimento militar que culminou no golpe contra as instituições políticas e partidárias, naquele longínquo 1964, que durou ao menos dez anos, adiado pelo suicídio de Getúlio Vargas.

O enfrentamento principal se dava entre dois projetos. O primeiro é chamado de projeto nacional reformista que defendia um conjunto de mudanças, as chamadas reformas de base. Neste se empenhava grande parte da esquerda da época, incluindo o Partido Comunista e o movimento sindical e popular.

O outro projeto, que com o golpe veio a ser vitorioso, era conhecido como de modernização conservadora. Seu empenho contra as reformas era devido, principalmente, a seu potencial explosivo em termos de mobilização e enfrentamentos de massa com possibilidades de extrapolar o quadro legal estabelecido, que não era desejado nem pelas direções desses movimentos.

Exceção seja feita as “Ligas Camponesas”, movimento de trabalhadores agrários dirigidos por Francisco Júlio em Pernambuco e que defendia “uma reforma agrária na lei ou na marra”.

Aproveitando um quadro de enfrentamento radicalizado para os padrões da época, os militares, usando a bandeira da “corrupção e subversão”, romperam com a “legalidade” e criaram uma pseudo-institucionalidade com um presidente-general e um parlamento de fachada, carimbador das decisões emanadas pelos generais.

É importante que seja observado que o golpe, apesar de ser chamado de militar, tem um acentuado caráter de classe. Ou seja, os militares foram meros instrumentos de uma política que esteve a serviço das classes dominantes do país e dos setores, que mais tarde, assumiriam a hegemonia política: o grande capital, inclusive o financeiro.

Finalmente, como lição importante do golpe de 1964 está a necessidade de uma série de reformas que já eram colocadas desde aquela época. Por que ainda não foram feitas? Esta é precisamente a importância de entendermos o passado para transformarmos o presente.

A CPI pode provocar reformas históricas

OLIMPIO DOS SANTOS*

Quando os ventos da democratização sopraram, novos horizontes se abriram no cenário nacional. Mas daí a romper com o passado, recente ou remoto, é outra história. Cantamos em prosa e verso os avanços da Constituinte, mas as instituições que respaldaram a ditadura e que sempre mantiveram grupos políticos se revezando no poder pouco mudaram, com destaque para a imprensa corporativa.

A novidade era o Partido dos Trabalhadores (PT), que para chegar ao governo teve que se render à “governabilidade”, o que resultou em um grande acordo para que as elites continuassem com o controle sobre a economia, a política e a informação.

Acordos de governabilidade envolvem corrupção e transações financeiras espúrias em campanhas eleitorais. Através de um dinheiro que parece privado, mas que é público, grandes obras de engenharia são pagas com recursos desviados e intermediados por empresários. Esse quadro permaneceu durante os governos PFL (Sarney), PSDB e também no governo do PT.

O que mudou no governo do PT é que esses grupos corruptos passaram a usar o combate à corrupção como uma política de disputa de espaços de poder. O crime organizado, aliado à mídia corporativa e ao velho esquema das empreiteiras, afiou as armas para tirar do caminho quem não compactuava com suas falcaturas, usando para isso personagens como o senador Demóstenes Torres. Derrubaram ministros, secretários e gestores públicos. Denunciaram com muita força os casos de corrupção, sempre com o intuito de disputar o espaço da máquina pública.

A revista Veja denunciava gestores que não estavam totalmente alinhados aos grupos de Cachoeira. Após a pressão midiática,

estes grupos caíam e, na sequência, assumiam outros mais afinados aos interesses do crime organizado e por ele comandados. Até onde vai essa história? Dos 18 números de celulares do esquema Cachoeira só apareceram 16. Dois estão blindados, por razões óbvias.

Trata-se de um momento único e benéfico para a sociedade brasileira. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) traz a possibilidade de o país superar algumas heranças da ditadura. Seria muito bom sair dessa CPI com novo arranjo partidário político, com outras formas de financiar a política e com o fim do financiamento privado.

É a oportunidade para escancarar as portas dos bastidores dessa política antiga e criminosa e lutar por uma reforma política no país. E mais: investir na regulação da mídia no Brasil e na revisão da concessão pública de comunicação. Com a CPI, diversas versões dos fatos vão aparecer na “velha mídia corporativa”. Entretanto, é importante que a sociedade seja capaz de discernir a realidade. A informação é um direito do cidadão. A

mídia não pode ser um poder paralelo comprometido com os interesses dos grandes e poderosos grupos econômicos.

Cabe aos movimentos sociais, sindicatos e sociedade organizada a tarefa de contribuir para mudar esse quadro.

Não queremos mais um regime com estruturas corrompidas. Se conseguirmos abrir as prisões para personagens que nelas já deveriam estar, promover a reforma política e promulgar leis que regulem os meios de comunicação, estaremos dando passos decisivos para a consolidação da República.

*Olimpio dos Santos é presidente do Sengen-RJ

Corruptos não vão para a cadeia porque seus poderes estão estabelecidos há décadas



Sengen-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusia Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO EDITORIAL

Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flávio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL

Titulares: Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Estagiária: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

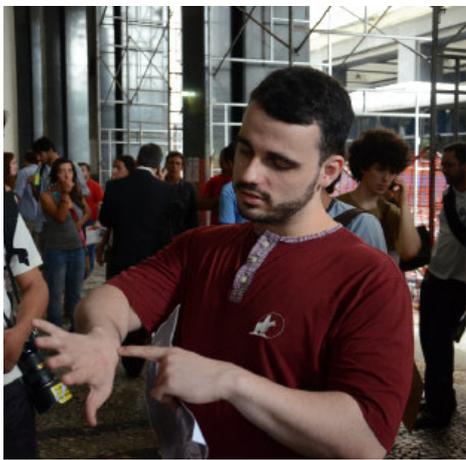
Revisora: Rita Luppi

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.500 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida



Marcio Moraes foi agredido por um militar



Manifestantes protestam, em frente ao Clube Militar, contra a comemoração do golpe militar



PM joga spray de pimenta em manifestante

Comemoração do Golpe de 64 provoca protestos no Rio

“Cadeia Já, Cadeia Já, a quem torturou na ditadura militar”, gritaram os manifestantes

Cerca de 400 pessoas protestaram no dia 29 de março, em frente ao Clube Militar, no Rio de Janeiro, contra a comemoração do aniversário do golpe que instaurou o regime militar no Brasil em 1964. A ditadura militar durou 21 anos.

Os militares ignoraram a decisão da presidenta Dilma Rousseff, que proibiu a comemoração do aniversário do golpe. A festa dos militares, que seria realizada no dia 31 de março, foi antecipada para o dia 29.

“A comemoração é uma afronta a todo o mundo. É um absurdo muito grande ver que os militares se orgulham do golpe, que eles chamam de revolução. Eu não compactuo com esta ideia e por isso estou aqui me manifestando”, disse o autônomo Carlos Castro.

Tanto na entrada quanto na saída, os militares foram cercados e, aos gritos, chamados de covardes, assassinos, torturadores e esturpadores.

“Hoje, nós estamos vendo eles acudados lá dentro. Escondidos, com medo de encarar frente a frente a população”, disse emocionado o militante Frederico Araújo.

OS MORTOS NÃO FORAM ESQUECIDOS

Velas, fotografias e tinta vermelha lembravam os quase 400 desaparecidos do período da ditadura militar no Brasil. Os manifestantes queimaram fotos de presidentes militares durante o regime.



Hildegard Angel, filha de Zuzu Angel



Homenagens aos desaparecidos durante a ditadura

“O povo brasileiro não esqueceu o período de repressão e não aceita mais tortura. Não aceitamos mais que os torturadores fiquem escondidos na sua covardia. Hoje nós exigimos uma democracia que dê voz e voto ao povo brasileiro”, afirmou Maria Capistrano.

Ela é filha do jornalista Davi Capistrano, desaparecido em 1974, após ser preso. Maria afirmou que mobilizações como esta são importantes porque muita gente foi presa, as famílias desconhecem seu paradeiro e os responsáveis continuam livres.

“Nós queremos a verdade. Queremos que as famílias tenham conheci-

mento de onde estão seus desaparecidos. Quem está vivo hoje convive com uma ferida permanente. Meu marido foi preso e torturado. Você sabe o que é isso? É sofrimento para a família inteira. Isso o senhor não sabe e não vai saber nunca!” disse Zora Mota confrontando o presidente do Clube Naval, Ricardo Veiga Cabral, que se esquivando, afirmou que é algo do passado e que esta é a hora de conversar.

POLÍCIA PARA QUEM PRECISA DE POLÍCIA

Gás lacrimogêneo, spray de pimenta, arma de choque e bombas de efeito moral foram usadas pela Po-

Fotos: Claudionor Santana

Fotos: Claudionor Santana



Militares reagem com deboche à manifestação da população em frente ao Clube

lícia Militar (PM) na tentativa de dispersar os manifestantes, que permaneceram firmes no local. A ação agressiva deixou várias pessoas feridas.

“Quem começou a agressão foi a PM. Onde está o governador Sérgio Cabral que permite isso? Quando a polícia jogou a primeira bomba, as pessoas só estavam conversando. O almoço dos militares ainda não tinha acabado. Eles nem estavam descendo. É um absurdo!”, contou Gilberto Lira, que estava chegando para a manifestação.

O estudante Marcio Moraes conta que foi agredido por um militar na frente da PM. “O militar chegou à porta. Abriu espaço entre os PMs. Ele me chutou e a polícia não fez nada”. Apesar de a agressão ter ocorrido entre dois policiais, eles alegaram não ter visto o chute.

MANIFESTANTES AMEAÇADOS

Cinco manifestantes presentes no ato contra a comemoração no Clube Militar vêm sofrendo ameaças de agressão e morte pela internet. O site pró-64 “A Verdade Revelada” mostra fotos e informações sobre os manifestantes.

O blog anticomunista “Cavaleiro do Templo” publicou: “Cuspir na cara de pessoas de idade? Será pouco, comparado com o que ocorrerá se o esquerdista Felipe Garcez não for processado”. O blog de Lício Maciel defende que o dossiê com informações sobre o grupo “circule, ao menos nos meios militares”.

Trabalhadores se unem pela renovação

Os atingidos por barragens e os trabalhadores de empresas públicas de energia se unem em defesa da renovação das concessões das empresas estatais de energia

No dia 14 de março, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) esteve na sede de Furnas, no Rio de Janeiro. Os manifestantes entregaram a Carta dos atingidos por barragens aos trabalhadores do setor elétrico e ao presidente da estatal.

REUNIÃO EM FURNAS

Os manifestantes participaram de uma reunião na sede da empresa com o presidente, Flávio Decat de Moura. Segundo Gilberto Cervinski, membro da coordenação nacional do MAB, Decat declarou que é a favor da renovação das concessões das empresas de energia e que vai dialogar com Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência, para avançar na elaboração de uma política de direitos para as famílias atingidas pelas barragens.

“Furnas era uma das empresas ameaçadas de privatização e uma das que estão construindo barragens. Era também a única que os atingidos ainda não tinham ido prestar contas”, disse Gilberto.

Adriana Medeiros



Integrantes do MAB e trabalhadores de Furnas mobilizados em frente à empresa

O ato em Furnas contou com a presença de 300 pessoas, mas apenas dez participaram da reunião com o presidente. Ao final, todos desceram e abriram os portões da empresa, para que os que estavam do lado de fora também pudessem entrar.

ATO NA CÂMARA MUNICIPAL

No dia 13, o MAB participou de um ato público na Câmara Municipal para o lançamento da campanha “Renovar Já para o Brasil continuar crescendo”. O ato reuniu 22 organizações.

MODELO ENERGÉTICO PENALIZA O POVO

Gilberto Cervinski também afirmou que a privatização envergonha o povo brasileiro. “O modelo energético brasileiro penaliza o povo e privilegia o capital privado”, disse ele. “Essa não é uma luta só de alguns. É uma luta do povo brasileiro. É uma luta de classes”.

Marina dos Santos, integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), cumprimentou o Movimento dos Atingidos por Barragens pela luta a favor do baixo custo da energia e contra a omissão das agências reguladoras. Marina disse também que todos devem se unir para fortalecer essas campanhas.

O vereador Marcelo Freixo, do PSOL-RJ, destacou a importância do momento que vivemos e a necessidade de que atos como esse se multipliquem: “a luta ambiental nunca esteve tão próxima da luta dos trabalhadores”, afirmou.

A cidade é maravilhosa e a temporada é de bons negócios.

WWW.RIOINFRA.COM.BR

RIO infra estrutura

3ª Feira Internacional de Máquinas, Produtos e Serviços para Obras de Infraestrutura

7-9 | Novembro 2012 | 14h às 21h

RIOCENTRO | RJ

A **Rio Infraestrutura** se consolida como um importante canal de negócios ao reunir grandes profissionais do setor e apresentar a vitrine mais completa de máquinas e equipamentos pesados. Um grande evento que conta com a presença de fornecedores, locadoras, empreiteiras e construtoras e oferece o espaço ideal para realizar ótimos negócios com os maiores empreendedores do mercado de infraestrutura do país.



Construção e Engenharia



Veículos, Máquinas e Equipamentos



Transportes e Logística



Pavimentação e Manutenção de Infraestrutura



Ferramentas e Acessórios

GARANTA SEU ESPAÇO E REALIZE BONS NEGÓCIOS!

São Paulo: 11 3060-4901 | Rio de Janeiro: 21 3035-3183
E-mail: info@rioinfra.com.br

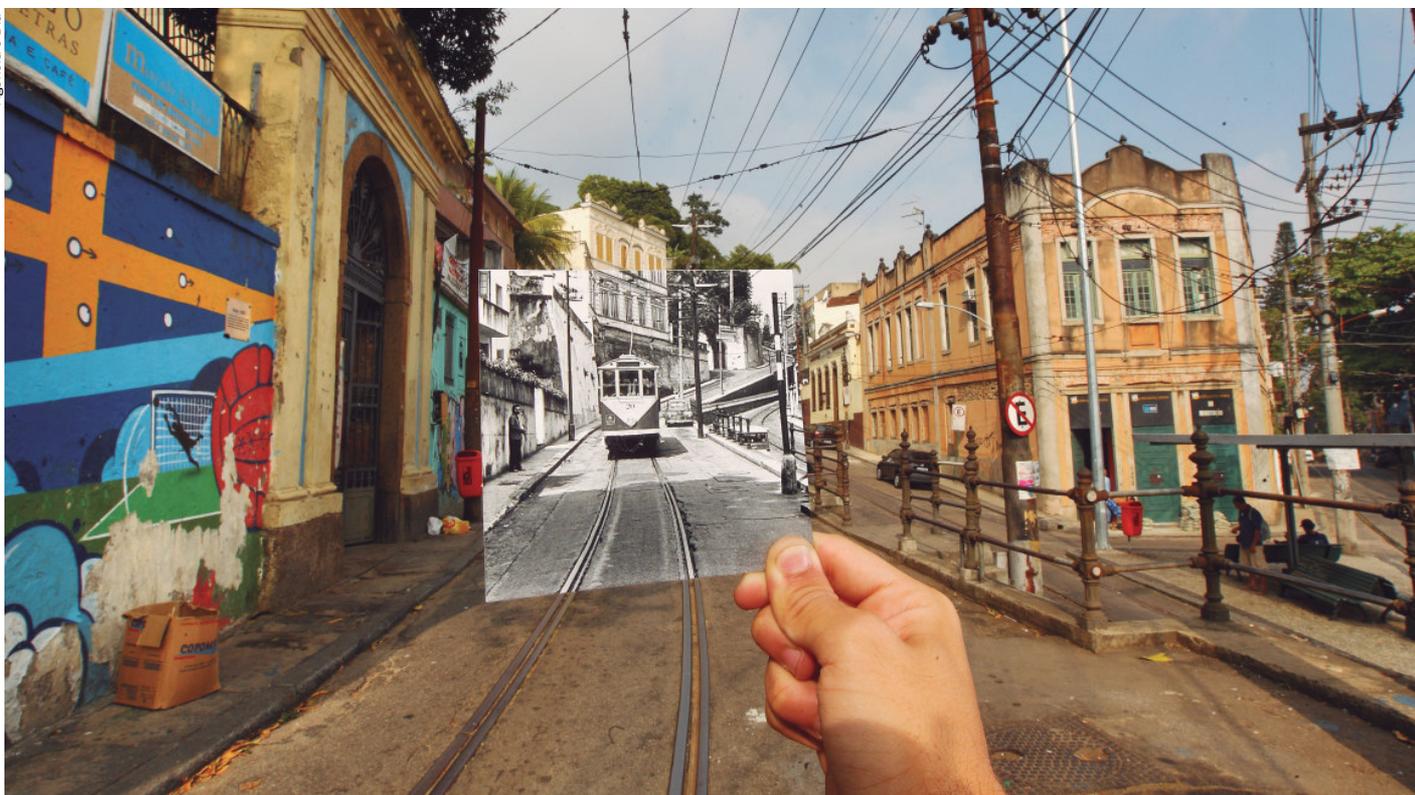
Organização e Promoção

Reed Exhibitions
Alcantara Machado

Fagga | exhibitions

Apoio

ANICER



População pressiona governo por melhoria nos transportes

Cariocas se mobilizam por transporte público de qualidade

O Fórum Permanente do Bondinho de Santa Teresa encaminhou, em março, ao Ministério Público (MP) um documento denunciando o descumprimento da sentença judicial, proferida em 24 de agosto de 2009.

O governo do estado e a Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística (Central) foram condenados a executar as obras previstas no Programa Estadual de Transportes (PET) para o funcionamento seguro do sistema de bondes do bairro.

REVITALIZAÇÃO DOS BONDES

De acordo com o documento, “a decisão judicial é bastante clara ao condicionar a execução das obras à garantia de preservação do sistema de acordo com a resolução de tombamento, que determina a restauração, ao invés de ‘modernização’ ou ‘revitalização’, que são, estas últimas, providências absolutamente diversas e estranhas ao conteúdo da sentença”.

Os integrantes da Câmara Técnica do Fórum Permanente do Bonde de Santa Teresa acreditam que a restauração do bonde centenário é viável. Sendo necessários apenas ajustes pontuais e manutenção adequada para aprimorar

sua segurança. Sobre as licitações, os profissionais afirmam que é necessário um projeto básico e tempo para que mais empresas tenham condições de concorrer.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Entre outras solicitações, os integrantes do fórum pediram uma audiência pública, com a presença de representante da Casa Civil, da Secretaria de Transportes e da Central para dialogar com o MP e com as entidades de representação da sociedade civil, agregadas na Câmara Técnica do Fórum Permanente do Bondinho de Santa Teresa.

FORA DE CIRCULAÇÃO

Os bondes estão fora de circulação desde o grave acidente ocorrido em 27 de agosto de 2011, que deixou seis mortos e 56 feridos. Os integrantes do fórum atribuem a causa do acidente ao abandono e sucateamento promovidos pelo governo do estado, que já vinha sendo denunciado pela Associação de Moradores de Santa Teresa (Amast).

Assinam o documento entidades como o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro, Clube de Engenharia e a Associação de Moradores de Santa Teresa.



Novo projeto no governo do estado



Projeto original defendido pela população

Enquanto isso, no metrô...

A situação de descaso com a população é a mesma. Associações de moradores das Zonas Sul e Oeste protestam contra o novo traçado para o metrô da Barra. O movimento, chamado de Metrô que o Rio Precisa, exige a construção do projeto original, de 1998.

PROJETO DO GOVERNO

As obras baseiam-se em um projeto consideravelmente modificado em relação ao que foi originalmente licitado e previsto no contrato de concessão da Linha 4 do Metrô. Entretanto, foram utilizadas licenças ambientais anteriores ao novo projeto.

“O mais absurdo, porém, é que para executar tal projeto, o estado do Rio de Janeiro e os demais réus, tenham se valido de licença ambiental concedida no longínquo ano de 2004, para o trecho norte da Linha 4 original. Ou seja, foi reaproveitada a licença concedida para projeto substancialmente distinto em sua totalidade”, afirma o promotor Carlos Frederico Saturnino. Ele moveu uma ação civil que aponta irregularidades no licenciamento ambiental da Linha 4 do metrô.

Ele considera também que há risco de superlotação no projeto de expansão da rede metroviária defendido pelo governo. A proposta do estado é a ligação da estação General Osório a uma no Jardim Oceânico e a outra na Gávea.

PROJETO ORIGINAL

No projeto antigo, a Linha 4 seria independente da 1 e iria da Alvorada, na Barra, até a Carioca, passando por sete estações: São Conrado, Jardim Oceânico, Gávea, Jardim Botânico, Humaitá, Botafogo – Dona Marta e Laranjeiras. Além disso, prevê que a estação Gávea seja construída em dois níveis, possibilitando uma futura ligação com outras linhas.

INTERESSE PÚBLICO X PRIVADO

A presidente da Associação de Moradores de Botafogo, Regina Chiaradia, afirma que o governo do estado está priorizando a concessionária. Para ela, “a única função do governo está sendo atender ao Metrô Rio, ao invés de atender a população”.

“Ninguém entende porque eles não usam o traçado que os próprios técnicos do metrô consideraram o melhor. Os 15 dias de Olimpíadas não podem ser mais importantes que a população”, reclama ela.

Leia o recurso do MP em: www.sengerj.org.br

Moradores questionam altos preços da taxa de energia

Após instalação dos novos medidores digitais, moradores de Vigário Geral e Jardim América, Zona Norte do Rio, questionam aumento do preço da conta de luz

Após instalação dos novos medidores digitais, moradores de Vigário Geral e Jardim América, Zona Norte do Rio, questionam aumento do preço da conta de luz.

Os moradores afirmam que as contas de energia chegaram a subir até 900%. A mudança nos valores ocorreu depois que a Light substituiu os medidores analógicos por digitais. Os novos equipamentos retêm as informações dos clientes em um chip. A troca dos dispositivos de medição começou a ocorrer no segundo semestre de 2011.

Desde então, a Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) recebeu mais de 600 reclamações por conta do aumento abusivo. A maior parte das queixas são vindas de Vigário Geral e Jardim América.

QUARTA EM RECLAMAÇÕES

A empresa, que é responsável pela distribuição de energia na capital e na Baixada Fluminense, ocupa o quarto lugar na lista anual chamada Top 30 — das 30 empresas mais reclamadas — divulgada pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

A Light já instalou 180 mil dos 500 mil medidores previstos até 2013 — de um total de quatro milhões de clientes no estado do Rio.



Moradores de Vigário Geral reunidos em assembleia na sede da associação de moradores se mobilizam em busca da redução da tarifa

A empresa não informou quais bairros foram atendidos até agora.

DIFERENÇA NA TARIFA

Com a instalação dos novos medidores, 45% dos clientes (4.864) da Light, nos bairros de Jardim América e Vigário Geral, receberam

contas de luz acima do valor médio dos meses anteriores. Em 51% dos casos, o aumento do consumo foi maior do que 100%, segundo dados da própria concessionária.

“Na minha casa a conta vinha, normalmente, entre R\$300 e R\$400. E nunca tive ‘gato’ (furto

de energia). Depois da implementação desse sistema o valor foi para R\$1.106”, conta Edson Sampaio, morador de Vigário Geral. Ele diz, ainda, que o aumento ocorreu de um mês para outro.

O engenheiro Dymitr Wajsman da Divisão Internacional da Utili-

Fotos: Adriana Medeiros

ties Telecom Council (UTC) conta que alterações no valor da tarifa de energia ocorreram em vários lugares do mundo após a instalação dos medidores digitais.

“Em alguns lugares você comprova que não houve erro, mas um problema sazonal. Isto porque a instalação do medidor foi feita no verão, época de maior consumo. Outros porque tinha furto de energia, ou realmente apresentou falha no medidor”, conta.

RISCO DE CORTE

Segundo a Associação dos Moradores e Amigos de Vigário Geral (Amavig) 3.000 famílias estão em risco de corte de energia.

Um acordo judicial foi realizado entre a defensoria pública do estado do Rio de Janeiro e a Light para evitar a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos atendidos pelo programa de Novas Tecnologias, que receberam aviso de corte por inadimplência. Contudo, o prazo terminou no dia 31 de março. Até o fechamento desta edição não houve nenhuma nova negociação.

“É até uma besteira a Light insistir nisso. Porque vai ter uma inadimplência terrível. Eles serão obrigados a cortar a luz no bairro inteiro. Como alguém que ganha um salário mínimo vai conseguir pagar uma conta de R\$300? Como vai se alimentar, cuidar da saúde e pagar o transporte? Isso só vai servir para aumentar o abismo entre ricos e pobres”, constata Edson Sampaio.

De acordo com a Amavig, a renda média dos moradores do bairro é de 1 a 2 salários mínimos. O presidente da associação considera que “o acesso à energia é um direito inalienável do ser humano, e por isso não deveria ser tratado como mercadoria, como é feito por empresas privatizadas. Este é o caso da Light”.

ABAIXO ASSINADO

Em março, o Presidente da Associação dos Moradores e Amigos de Vigário Geral (Amavig), João Ricardo, esteve no escritório da ANEEL, em Brasília.

“A ANEEL não tem escritório de fiscalização no Rio de Janeiro.



João Ricardo, presidente da Amavig



Edson Sampaio, morador de Vigário Geral

“Como alguém que ganha um salário mínimo vai conseguir pagar uma conta de R\$300?”

Como uma entidade que é Reguladora e fiscalizadora de distribuição de energia não tem um posto no estado?”, criticou o presidente da Amavig, João Ricardo, que entregou um abaixo assinado com 3.096 assinaturas. O documento solicita uma audiência pública no Rio de Janeiro para discutir a questão da medição eletrônica e tarifa social.

NOVO SISTEMA DE MEDIÇÃO

“O que está acontecendo em Vigário Geral e em outros lugares do mundo é um pedacinho menor de um processo chamado Smart Grid, que traduzindo significa rede inteligente”, explica Dymitr Wajzman, sobre a troca dos equipamentos.

Contudo, ele ressalta que o problema referente ao aumento da tarifa é de medição. “Medição não é Smart Grid”, enfatiza.

Dymitr explica que com esta tecnologia é possível acompanhar o processo de geração, transmissão e consumo de energia, além de possibilitar que o próprio consumidor monitore seu gasto. “Para isso, você

deve ter uma eletrônica tanto na parte de geração e transmissão de energia quanto no próprio consumidor”, explica o engenheiro.

Segundo Dymitr, esta tecnologia pode informar em tempo real, por exemplo, a ocorrência de pane e a eventual suspensão do forneci-

mento. “Hoje, quando cai a energia você tem que ligar para a concessionária. Com o Smart Grid isso seria automático, a própria empresa pode verificar isso e reparar”, explica Dymitr.

As redes inteligentes prometem que os usuários tenham o controle do consumo diretamente. “Para isso é preciso de sistemas de sensores, de comunicação de bidirecionais e de processamento de dados. A concessionária consegue saber o que o usuário está consumindo e pode também comandar esse relógio”, diz Dymitr.

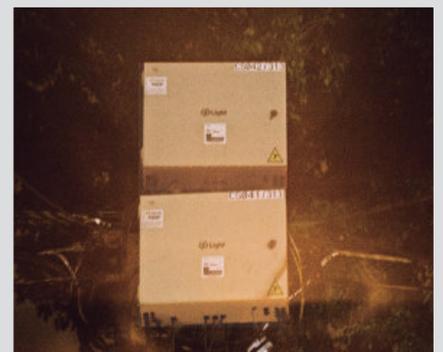
O engenheiro diz que com este sistema será possível ter uma tarifa diferenciada conforme o horário, os medidores domésticos informarão quanto está sendo gasto a cada momento e o valor das tarifas cobradas.

“Em alguns países já existe. Tem a hora de maior demanda de energia, entre 19h e 20h, por exemplo, que é o horário em que todo mundo chega em casa, liga a luz, vai tomar banho, é a hora de maior consumo. Neste período, em outros países, a energia é mais cara”.

No Brasil a rede inteligente ainda não está regulamentada pela ANEEL. A previsão para que isso aconteça é somente em 2014. O que existe no Rio de Janeiro é a implantação, pelas concessionárias Light e Ampla, de medidores digitais e “inteligentes”, cujo maior objetivo é combater as fraudes por furto de energia, os chamados “gatos”.



Display que fica localizado na casa do consumidor



Medidores digitais que ficam no alto dos postes

As novas medidas do Plano Brasil Maior

Tendo em vista a estagnação da produção física da indústria de transformação em 2011 – que cresceu 0,1% – e a preocupação em torno de uma possível desindustrialização (ainda que o termo seja questionável), o governo brasileiro anunciou em 3 de abril um pacote abrangente de medidas para buscar o fortalecimento da indústria e a aceleração do crescimento, que representa R\$ 60,4 bilhões em estímulos.

Do total, R\$ 45 bilhões serão repassados por meio de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O objetivo é, além de alavancar as linhas de crédito, permitir uma redução da taxa de juros das linhas de capital de giro e de financiamento às exportações. O restante do incentivo ocorrerá por meio de desoneração fiscal e ampliação da fiscalização, no caso das importações. As medidas abrangem as seguintes áreas: ações sobre o câmbio; medidas tributárias; financiamento do comércio exterior; defesa comercial; incentivos ao setor de informação e comunicações; medidas creditícias; e regime automotivo.

Talvez o aspecto mais controverso do pacote tenha sido a desoneração da folha de pagamentos de 15 subsectores da economia – dos quais quatro já haviam sido definidos em 2011, na primeira etapa do Plano Brasil Maior. Em três meses, os setores definidos terão a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos reduzida a zero, o que significará a diminuição da receita da Previdência Social em R\$ 4,9 bilhões. Em contrapartida, os setores escolhidos deverão recolher uma contribuição sobre o faturamento bruto, cuja alíquota varia de 1% a 2%, a depender do setor.

Pelas projeções do governo, a desoneração total anual estimada é de R\$ 7,2 bilhões. A receita anual pre-

vista com a tributação do faturamento será de R\$ 2,3 bilhões e o déficit nas contas previdenciárias, em função da diferença, será financiado pelo Tesouro Nacional. Como compensação à perda de receita (renúncia fiscal), foram elevadas as alíquotas do PIS/Cofins sobre as importações na mesma proporção da alíquota sobre o faturamento que a produção nacional dos 15 setores pagará para a Previdência Social, gerando R\$ 1,3 bilhão de receita e encarecendo as importações. As exportações estarão isentas do imposto sobre o faturamento, com o objetivo de estimular as vendas externas.

Como dito, a desoneração total do

É importante questionar se a desoneração anunciada irá beneficiar consumidores e trabalhadores ou ampliar as margens de lucro

pacote custará à sociedade R\$ 60,4 bilhões. Desse montante, os cerca de R\$ 45 bilhões que o Tesouro repassará ao BNDES será por meio da emissão de títulos públicos. Nesse sentido, não envolve recursos diretos do Orçamento Geral da União, mas a ampliação da dívida pública.

Na perspectiva do consumidor, a tendência de que ele se beneficie é maior naqueles setores de maior concorrência. Nos setores em que a concorrência externa é grande (autopeças, têxtil, confecção, calçados), são maiores as possibilidades de a desoneração ser transferida para os preços ao consumidor. Por outro lado, a tendência de desvalorização do real, somada à tributação mais elevada da importação, pode aumentar o preço dos importados, diminuindo muito a chance de os preços da indústria nacional caírem no varejo.

Pelo lado dos trabalhadores, o pacote não determina exigências nem em relação à manutenção dos atuais nem em relação à geração de futuros empregos. Trabalha-se apenas com o pressuposto de que o revigoramento da indústria tenha como consequência automática a geração de empregos, o que não ocorre de forma direta. Além disso, não foi feita, juntamente com os trabalhadores, uma avaliação dos impactos nos quatro setores pilotos para os quais foram implementadas medidas similares em 2011. Apenas nessa segunda etapa foi criada uma comissão tripartite (governo, empresários e sindicalistas dos 15 setores) para avaliar os resultados das medidas de desoneração da Previdência. O pacote, em caráter emergencial, não foi amplamente debatido com a sociedade, apesar de seus custos.

Para os trabalhadores, possivelmente a questão mais relevante é o risco às contas da Previdência. Se a mesma, como argumenta o senso comum, teria tantos problemas de sustentação que justificam uma reforma, como agora com a previdência dos servidores federais, como pode dispor de recursos para custear incentivos fiscais? Quem garante que, no futuro, caso a Previdência venha a apresentar resultados melhores, o governo na ocasião não venha a deixar de fazer as tais compensações?

Existe, ainda, a preocupação sobre a sustentabilidade fiscal dessa medida no longo prazo. Se as eventuais perdas da Previdência forem compensadas pelo Tesouro, de onde serão retirados, permanentemente, os recursos? Se não houver ganhos de receita sobre o faturamento dos setores que compensem as perdas, os recursos deslocados para o incentivo serão retirados de outras rubri-

cas do orçamento público ou serão obtidos às custas de maior endividamento? Desta forma, uma nova expansão da carga tributária poderá se apresentar no futuro como uma necessidade¹.

A desoneração dos encargos apenas para o empresariado, sem garantias sociais e de emprego, poderá atuar no sentido inverso da melhoria da distribuição de renda no país, caso as perdas fiscais não sejam compensadas. Seja qual for o montante a ser compensado pela União, ele o será com recursos públicos arrecadados junto ao contribuinte, em um país com um sistema tributário regressivo.

O custo da força de trabalho no Brasil já é reduzido, prova disso é que na divisão internacional da produção ficamos com os setores intensivos em manufatura

Contrariamente ao que afirma o empresariado, o custo com encargos sobre a folha de pagamento é de 25% – conforme calculado pelo DIEESE – e não 102%. Nesse sentido, questiona-se se o problema da alegada baixa competitividade da indústria brasileira reside nos encargos trabalhistas; e se a atual desoneração não é apenas uma medida paliativa ou será mesmo capaz de assegurar, de maneira sustentável, a tal competitividade internacional das empresas industriais brasileiras.

¹ Essa e outras conclusões sobre a desoneração fiscal encontram-se em Progressividade da Tributação e Desoneração da Folha de Pagamentos: elementos para reflexão, elaborado pela parceria entre Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Brasília, 2011.

² Para mais detalhes, ver Encargos sociais e desoneração da folha de pagamentos: revisitando uma antiga polêmica. DIEESE, Nota Técnica 101, julho de 2011.



CURSO SUPERIOR DE
CIÊNCIAS DO TRABALHO

PROCESSO SELETIVO 2012
FAÇA JÁ SUA INSCRIÇÃO

ESCOLA DIEESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

EM CARTAZ

A cidade está tranquila

Iniciado em março, no Centro do Rio, o Ciclo de Cinema e Debates “Os Efeitos do Neoliberalismo”, anima as noites de quinta-feira.

O filme “A cidade está tranquila”, de Robert Guédiguian, será exibido no dia 31 de maio, às 19h, no auditório do Senge-RJ. O longa faz parte do ciclo de cinema



filha das drogas. As histórias se entrelaçam, evidenciando o racismo, a violência e todas as mazelas da globalização numa cidade nada tranquila.

A primeira sessão foi realizada dia 29 de março. Foi apresentado o filme “Roger e eu”, de Michael Moore. O debatedor convidado foi o professor da Unicamp,

Regis de Moraes. Na segunda foi apresentado o filme “Segunda-Feira ao Sol” de Fernando Leon de Aranda. A psicóloga reichiana, Frinéa Souza Brandão animou o debate.

Os encontros são realizados toda última quinta-feira de cada mês, às 19h, no auditório do Senge-RJ: Av. Rio Branco, 277, 17º andar, Cinelândia.

e debate promovido pelo Sindicato dos Engenheiros em parceria com o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC).

O filme narra a destruição da cidade de Marselha pelos efeitos do neoliberalismo. São várias histórias de vida e desespero de uma cidade onde o emprego virou coisa rara. Desesperada, a operária Michèle tenta tudo para salvar sua

Senge-RJ e NPC apresentam:

OS EFEITOS DO NEOLIBERALISMO

Toda última quinta-feira do mês, às 19h

Próximas sessões:

31/05 A Cidade Está Tranquila	28/06 Ou Tudo Ou Nada
26/07 Clube da Lua	30/08 Billy Elliot
27/09 O Corte	25/10 Meu Nome é Joe

Av. Rio Branco, 277, 17º andar



Equipe de filmagem e Alais Maria, moradora de Saracuruna



Raquel Rodrigues, moradora de Saracuruna

Fotos: Jaqueline Silva / Tatuzaroio

Filme mostra a situação do sistema ferroviário

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), em parceria com movimentos sociais, está desenvolvendo o projeto do documentário “Projeto Central : o trem nosso de cada dia”.

O filme mostra a situação dos trens cariocas que circulam todos os dias e a rotina dos 60 mil trabalhadores que enfrentam uma

verdadeira maratona para chegar ao seu destino.

Os passageiros passam por dificuldades diárias devido aos péssimos serviços oferecidos pela SuperVia. São comuns as queixas de atrasos, carros insuficientes, calor, estrutura desgastada, falta de banheiros nas estações e preço elevado das passagens.

O filme aponta como alternativa o Projeto Central do Sindicato dos

Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ).

O Projeto Central prevê a requalificação de 120 quilômetros de vias ferroviárias, com VLT nacional e climatizado, atendendo principalmente o acesso ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). A produção é do Coletivo Tatuzaroio. Em breve o documentário “Projeto central: o trem nosso de cada dia”.

CUT-RJ comemora o dia do trabalhador

A Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (CUT-RJ) preparou uma semana de comemorações pelo Dia do Trabalhador. Unindo a data à campanha nacional contra o imposto sindical, ficou definido um calendário de instalação de urnas da CUT-RJ em vários pontos da cidade, para colher votos para o plebiscito contra o imposto.

A festa começou no dia 30 de abril, com uma concentração na Central do Brasil, às 16h. No dia 1º de maio, foi realizada uma comemoração na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão. No local, a CUT-RJ colocou uma urna para votação no plebiscito contra o imposto sindical. No dia 2, quarta-feira, a urna esteve no Largo da Carioca; no dia 3, na Praça XV; e no dia 4, na Cinelândia.



Manifesto pela Comissão da Verdade

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) é signatário do manifesto “Engenheiros pela Comissão da Verdade”. O documento enfatiza que a Comissão não ignora a Lei da Anistia e tampouco significa qualquer revanchismo.

O manifesto afirma que o funcionamento eficaz e efetivo da Comissão da Verdade pode “avançar na construção da Democracia em nosso país, pois vai iluminar e arejar o passado, buscando conhecer e compreender um período importante da História brasileira”.

Com o documento, engenheiros de todo o país somam forças e apoiam a pronta indicação dos nomes daqueles que irão apurar os crimes contra os direitos humanos cometidos durante a ditadura no Brasil.

Leia o manifesto no site do Senge-RJ: www.sengerj.org.br. Para assinar basta enviar o nome completo para manifestodosengenheiros@gmail.com.

Senge-RJ se une aos garis pelo PCCS

As ações conjuntas do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) com o movimento dos garis vêm fazendo com que a empresa de limpeza pública Comlurb e a Prefeitura repensem a empresa como um todo.

Ao longo dos anos, a Comlurb deixou de cumprir o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) por “incompetência política e administrativa do presidente na época”, Paulo Carvalho Filho, e do prefeito César Maia, afirma o diretor do Senge-RJ, Flávio Ramos.

Além disso, ele enfatiza que havia um grande desprezo ao gari, apoiado ideologicamente por seus aliados, representados na fala do âncora Boris Casoy. “Que merda: dois lixeiros desejando felicidades do alto das suas vassouras. O mais baixo na escala do trabalho”, disse o jornalista, ao vivo no Jornal da

Band, no dia 31 de dezembro de 2009, depois de dois garis desejarem um feliz ano novo aos brasileiros.

“O descumprimento do PCCS e o declínio da Comlurb fizeram com que o Senge-RJ se unisse ao movimento espontâneo de descontentamento dos garis. As perdas do triênio, do quinquênio, da licença prêmio, as demissões em massa, na época, com o achatamento salarial, a falta de respeito com o gari e a privatização de todo o sistema de transporte do lixo, filé mignon para os empresários da área, culminaram, em 2011, com o movimento dos empregados da Comlurb”, diz Flávio.

“A empresa não contava com a participação do Sindicato de Asseio, aonde a diretoria, ao longo dos anos vem se posicionando sempre conivente com a decadência da empresa durante quase duas décadas”, explica.

Senado rejeita PLC 042/11

O Projeto de Lei Complementar (PLC) 042/11 foi rejeitado por unanimidade, com dez (10) votos contrários. O projeto foi apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado no dia 14 de março em caráter terminativo.

O projeto previa a fixação do Salário Mínimo Profissional (SMP) em negociação coletiva de trabalho. Além disso, alterava o dispositivo da Lei nº 4.950-A/66, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Escolas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, para estender sua aplicação aos diplomados em cursos de tecnologia nas respectivas áreas; dispõe que o salário mínimo regulado pela Lei será fixado em negociação coletiva de trabalho.

O Projeto foi rejeitado pela Comissão de Assuntos Sociais. O relatório do senador Paulo Paim (PT-RS) foi aprovado e o PLC 042/11 será arquivado.

construir

RIO 2012 FEIRA INTERNACIONAL DA CONSTRUÇÃO

7-10 NOVEMBRO RIOCENTRO

VENHA
CONSTRUIR
O SEU
FUTURO

- Excelentes oportunidades para fazer negócios e parcerias
- Presença de empresas nacionais e internacionais
- Grandes lançamentos do mercado
- Workshops, palestras e centenas de expositores
- Muitas novidades da Construção Civil em um só lugar

Quem constrói se encontra aqui.

www.feiraconstruir.com.br/rj

feiraconstruir@fagga.com.br
INFORMAÇÕES: Fagga | GL exhibitions
Tel.: (21) 3035-3100



Democratização no Conselho de Administração

A Lei nº 12.353 “não representa ainda o resultado final, mas é um ganho apreciável de anos de luta”, afirma o diretor do Senge-RJ, Agamenon Oliveira

“**A**bertura do Conselho Administrativo à participação dos empregados é um passo importante de democratização das empresas do grupo Eletrobras e consequentemente do próprio estado”, considera Agamenon.

O sindicalista foi eleito como representante dos trabalhadores do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel). Ele obteve mais de 60% dos votos válidos dos dois Laboratórios da instituição.



Agamenon de Oliveira

“Essas reuniões eram uma espécie de ‘ação entre amigos’, onde nada acontecia. Era no verdadeiro sentido uma reunião entre seus pares. Agora vai existir um ‘impar’”, afirma.

Contudo, ele lembra que há restrições. “No Cepel, o voto do representante dos trabalhadores é 1/36 avos do total. Além da desvantagem numérica, quando o assunto for salário, PCS [Planos de Cargos e Salários] ou sistema previdenciário, não podemos participar”, afirma.

RESTRICÇÕES NA PARTICIPAÇÃO

Agamenon avalia como positivo o fato de ter uma pessoa com independência do governo, dos ministérios e da Eletrobras no fórum que discute e define as questões e estratégias das empresas.

PROCESSO DE TRANSPARÊNCIA

O representante tem como função fiscalizar a diretoria. “Devemos dar muito mais transparência aos procedimentos internos. Podemos e vamos construir um

fórum de todos os representantes com grande capacidade de mobilização nas empresas e poder de pressão junto aos ministérios e órgãos oficiais”, afirma o representante do Cepel.

PARTICIPAÇÃO DOS CONSUMIDORES

O diretor do Senge-RJ acredita que é necessário aprofundar a participação dos trabalhadores nos Conselhos. Além de incluir a representação de consumidores residenciais.

“São realmente eles que têm todo interesse em diminuir o preço estratosférico das tarifas de energia elétrica.” Ele lembra, também, que na empresa estatal francesa de energia, EDF, o Conselho Administrativo é constituído por 18 membros sendo seis os representantes dos trabalhadores.

• Confira a lista dos eleitos para o Conselho Administrativo do grupo Eletrobras em: www.sengerj.org.br

Setor elétrico planeja campanha salarial

O Senge-RJ participou da Reunião de Planejamento Estratégico da Campanha 2012 dos Trabalhadores do Sistema Eletrobras, realizada no final de março no Maranhão.

Durante o evento, o Senge-RJ apresentou uma tese sobre a produtividade no mundo do trabalho e defendeu que o assunto deve ser levado para as negociações.

TRABALHO E PRODUTIVIDADE

A tese afirma que sem o trabalho não existe produtividade. Sendo ela decorrente do trabalho humano, deve ser incorporada de alguma maneira na remuneração do trabalhador. A produtividade pode ser garantida também pela redução da jornada de trabalho, mas sem a redução do salário.

Jéssica Naime, técnica do De-

partamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), explica que a produtividade é calculada pela relação entre os bens usados na produção e o resultado obtido no processo.

“Você pode ter ou o mesmo resultado utilizando menos insumos ou um resultado cada vez maior utilizando aqueles mesmos insumos. E esses insumos são basicamente capital e trabalho”, explica ela.

ENERGIA ESTÁ LIGADA AO PIB

O diretor do Senge-RJ, Gunter de Moura Angelkorte, destacou a importância do movimento sindical abrir essa discussão e afirmou que é fundamental a mobilização do trabalhador para a causa. Além disso, ele também destacou que, no Brasil, a energia elétrica está ligada

ao aumento do PIB e da expectativa de vida da população.

“Para cada ponto percentual de aumento do PIB brasileiro, você aumenta um ponto o consumo de energia elétrica. E a expectativa de vida do brasileiro está amarrada a esse número, ou seja, a energia elétrica no Brasil é um fator de aumento da expectativa de vida e um fomentador do crescimento da economia nacional”, considerou.

A Reunião contou com a presença do Coletivo Nacional dos Urbanitários, composto por cerca de 70 sindicatos. Ele representa 27 mil trabalhadores do setor elétrico.

O encontro foi organizado pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e pela Federação Intersindical de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge).

Furnas: STF homologa acordo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux homologou os acordos realizados por Furnas Centrais Elétricas S.A., pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e pelo Ministério Público do Trabalho nos autos do Mandado de Segurança (MS) 27066. O mandato, requerido pela FNU, determina o fim da utilização de mão de obra terceirizada para cargos abrangidos pelo Plano de Cargos de Furnas. O processo de aprovação jurídica foi conduzido pelo ministro, por meio de reuniões em seu gabinete entre as partes envolvidas.

Pelas cláusulas do mandato, Furnas será obrigada a convocar 550 candidatos aprovados em um concurso público de 2009. Serão 110 por ano, a partir de 2013. Além disso, Furnas também deverá, gradativamente, desligar a mão de obra terceirizada e cessar novas contratações de terceirizados.

A homologação, que aconteceu no dia 30 de março, resolve um impasse de mais de 20 anos sobre a terceirização e a não convocação de aprovados em concurso público na empresa. A União e o Tribunal de Contas da União (TCU) defenderam o acordo e afirmaram que ele preserva os interesses tanto dos candidatos aprovados em concurso quanto dos funcionários terceirizados, que terão seus direitos preservados.

O Mandato de Segurança é uma ação que serve para impedir ou cessar evidente lesão a direito, quando o responsável for uma autoridade pública ou alguém no exercício de atribuições do Poder Público. Ela protege quem não é amparado por *habeas corpus* (ou *habeas data*), mecanismo requerido por qualquer pessoa que ache que seu direito à liberdade está sendo violado. Esta ação é prevista no artigo 5º da Constituição Federal.

Fernando Siqueira defende fim dos leilões do petróleo

Vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras critica a realização dos leilões do petróleo e defende monopólio estatal.



Para Fernando Siqueira, vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), continuar com os leilões “implica em entregar nosso petróleo para as empresas estrangeiras que não investiram, não correram risco, desrespeitam as leis do país e ainda ficariam com a maior parte”.

Siqueira acredita que a Petrobras tem condições de administrar sozinha todo o processo de exploração do petróleo. Dessa maneira, não haveria dependência das multinacionais selecionadas através de leilões.

Jornal do Engenheiro: Como o Sr. avalia a atual lei do petróleo?

Fernando Siqueira: A nova lei do petróleo, a 12.351/2011, trouxe avanços consideráveis sobre a Lei 9.478/7, de Fernando Henrique Cardoso. Esta última dava 100% de propriedade do petróleo a quem o produzisse, garantido em contrato de concessão. E apenas uma obrigação do produtor de pagar 10% de *royalties* e, em caso de produção acima de 94 mil barris por dia, por campo, uma Participação Especial de, no máximo, 11%.

Então a nova Lei melhora bastante, mas o *lobby* introduziu uma emenda contrabando em que o produtor paga os *royalties* em dinheiro e os recebe de volta em petróleo. Esta emenda se tornou o maior segredo desta República. Nenhum veículo da grande mídia publica uma linha sobre ela.

JE: Quais são as mudanças que o sr. considera como prioritárias?

FS: A primeira delas é acabar com os leilões de áreas petrolíferas mantidos na nova Lei 12.351. Não tem sentido ter leilões se temos tecnologia e os recursos. Há três gargalos tecnológicos para o pré-sal: a perfuração, a árvore de natal molhada, nome dado ao conjunto de válvulas instaladas nos poços de exploração de petróleo e gás natural que regula a produção (é a cabeça do poço que fica no fundo do mar e conecta o poço com a linha flexível) e a linha flexível. Cada um deles tem um conjunto de empresas especialistas que fornecem estes serviços e equipamentos para todas as petroleiras. A perfuração é feita por seis ou sete empresas especializadas, seguindo os projetos das clientes petroleiras.

Na produção do pré-sal, a produtora será intermediária de tecnologia. E a Petrobras é a intermediária mais confiável, pois conhece melhor a tecnologia, é uma empresa do governo, portanto, controlada pela sociedade e é nacional, gerando tecnologia e comprando seus produtos no Brasil abrindo empregos. A estatização do petróleo é a tendência mundial. Cerca de 90% dele está estatizado.

JE: Quais são os prejuízos trazidos ao Brasil pelos leilões do petróleo?

FS: Os prejuízos são vários. Se uma empresa estrangeira ganha o leilão, fica muito difícil para a União controlar a velocidade de produção, bem como a produção predatória (produzir mais do que as condições físicas do reservatório permitem), o que reduz as reservas em até 20%. O seu petróleo poderá ser todo exportado sem contemplar o interesse estratégico nacional.

As empresas estrangeiras não compram no mercado nacional. Geram empregos nos seus países. Mesmo com as melhorias da nova Lei, o produtor pode ficar com cerca de 65% do petróleo (recebe os custos de produção em petróleo. Se passar a absurda emenda de devolução do *royalty*, mais 15%).

A Petrobras, estatal, tem o controle da sociedade. As estrangeiras não sofrem controle de ninguém. Fazem o que querem no mundo todo. Desrespeitam as leis, a segurança, como no caso da British Petroleum no golfo do México e da Chevron no Brasil, os mais recentes.

JE: Os acidentes da Chevron, por exemplo, põem em dúvida a capacidade técnica e/ou ética destas empresas multinacionais?

FS: Mais a ética do que a técnica. As empresas transgridem as regras de segurança em favor da economia. Tanto a British Petroleum como a Chevron contrataram a Transocean para per-

furar os seus poços, que geraram acidentes graves.

A Transocean também perfura para a Petrobras sem acidentes. Por quê? Porque a Petrobras não manda economizar em cimentação (caso BP) nem manda perfurar dois reservatórios em níveis diferentes sem proteger por revestimento o reservatório superior (caso da Chevron).

Essas empresas estão sendo processadas no mundo todo. A sociedade brasileira precisa se mobilizar com urgência para defender a sua riqueza maior e pelo fim dos leilões. Do contrário, o pré-sal, a maior chance de o Brasil deixar de ser o eterno país do futuro, pode não gerar benefícios para o seu dono: o povo brasileiro.

JE: A Petrobras tem condições de executar toda a exploração sozinha?

FS: Perfeitamente. Como dito, a Petrobras foi pioneira em buscar petróleo em águas profundas e, para tanto, teve que ajudar a desenvolver a tecnologia.

Ela tem o domínio total da tecnologia. Com a grande vantagem de ser uma estatal brasileira comprometida com a estratégia nacional de desenvolver tecnologia, gerar emprego, comprar no país e pagar impostos da ordem de R\$ 100 bilhões por ano. E, mais importante: respeitar as nossas leis.

Leia a entrevista completa em:
www.sengerj.org.br

Não tem sentido os leilões se temos tecnologia e recursos



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, 17o andar Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733
Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

Impresso
Especial

9912181248/2007/DR/RJ
SENGE/RJ

---CORREIOS---

